

idn cadernos

GENDER VIOLENCE IN ARMED CONFLICTS

Gender Violence in Armed Conflicts

Outubro de 2013

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspectivas são da responsabilidade dos autores não reflectindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Director

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700 E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt www.incм.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-2234-6

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 250 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2013

INDEX

Foreword <i>Carla Gomes, Francisco Leandro, Mónica Dias</i>	5
Opening Remarks <i>Teresa Morais</i>	8
Opening Remarks <i>Vitor Rodrigues Viana</i>	13
Chapter 1	
Sexual Violence in Armed Conflicts: A Global Overview <i>Helena Carreiras</i>	16
Children Associated with Armed Groups and Forces – When the War is Over: Transitional Justice and Juvenile Justice <i>Carla Marcelino Gomes</i>	26
Women and Private Military and Security Companies: One More Piece for the Puzzle <i>Catarina Prata</i>	43
Gender, Disarmament, Demobilization and Reintegration and Violent Masculinities <i>Irma Specht</i>	61
Chapter 2	
Gender Based Violence and International Humanitarian Law: Steps to Improve the Protection of Women in War <i>Michel Veuthey</i>	91
Gender Based Violence in Armed Conflicts: Women’s Rights and International Law <i>Teresa Pizarro Beleza</i>	127
Gender and European Union’s Common Security and Defense Policy <i>Hadenych Hazelzet</i>	137
Gender Based Crimes as “Tools of War” in Armed Conflicts <i>Francisco José Leandro</i>	148

Chapter 3

UNSCR 1325 National Implementation: Challenges Ahead <i>Sofia José Santos</i>	183
Jornalismo de Paz: Cobrindo e Descobrimdo a Violência de Género nos Conflitos Internacionais <i>Mónica Dias</i>	194
Building Capacity on Gender-based Violence in Integrated Missions <i>Annemieke Verrijp De Los Santos</i>	205
Women in Kosovo and Gender Perspectives for Operational Effectiveness <i>Elisabeth Schleicher</i>	211

Jornalismo de Paz: Cobrindo e Descobrindo a Violência de Género nos Conflitos Internacionais

Mónica Dias

Coordinator of the Internships of Political Science and International Relations Courses of the Institute for Political Studies. She is a Professor in the Faculty of Human Sciences of the Portuguese Catholic University since 1992. In 2005 she was an observer of the legislature's elections in the RFA for the Deutscher Akademischer Austauschdienst. She concluded her PhD in Political Science and International Relations at the Institute for Political Studies of the Portuguese Catholic University, thesis "A Paz Imperfeita – Uma Interpretação do Conceito de Paz de Woodrow Wilson" and developed research in the area of International Relations and Peace Studies.

Em 2004, o Relatório da ONU *A More Secure World: Our Shared Responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change* apresentou um balanço sobre um novo cenário de instabilidade geopolítica, definindo todo um novo conceito de ameaça transnacional e apontando, a partir daí, para novas vias de resposta aos desafios do início do século XX.¹ Contudo, já desde a década de 90 que a nova incerteza e o défice de orientação suscitava um intenso debate em todas as áreas do saber que veio proliferar depois do 11 de Setembro, incidindo exaustivamente sobre as condições e as consequências da globalização, o novo terrorismo, as ameaças ambientais e a urgência da formulação de uma nova estratégia para a paz. A vastíssima bibliografia sobre a temática reflecte bem o *zeitgeist* de uma época de transição e crise.²

-
- 1 Vide <http://www.un.org/secureworld/> (consulta de 14.03.2013). É esta definição que orienta a nossa reflexão.
 - 2 Sem pretensão de querer sintetizar as inúmeras análises e teorias que avançaram com diagnósticos, ousaram prognósticos ou propuseram soluções, será talvez pertinente referir apenas algumas das reflexões que mais influenciaram o nosso trabalho. Assim, foram perspectivas tão díspares como as de Ernst-Otto Czempiel (1992), Arjun Appadurai (1996) ou Samuel Huntington (1996); Jürgen Habermas (2004), Ulrich Beck (2004) e Anne-Marie Slaughter (1997 e 2004); Joseph Nye (2004), John Ikenberry (2002 e 2004), Charles Kupchan (2001), Pierre Hassner (2003) ou John J. Mearsheimer (2001), Charles Krauthammer (2001), Wohlforth (1999) e Edgar Morin (2002) ou Soromenho-Marques (2010) que contribuíram, entre muitos outros, para o desenvolvimento do ponto de partida que aqui apresentamos. Para além destas, foram sobretudo as acepções de Wilfried von Bredow de um “mundo turbulento” (1994) ou de Wichard Woyke sobre um tempo de “complexidade e discontinuidade” (1995), bem como de Werner Link sobre um “mundo móvel de configurações flexíveis” (1998) que observam tanto tendências para a homogeneização e universalização, como para a diferenciação e, finalmente, de Adriano Moreira sobre um tempo de “anarquia madura” (2009) – em que a maior tarefa será a “governabilidade de um mundo” em que “todas as vozes devem ser ouvidas” mas que se oriente, ainda assim, pelo respeito dos Direitos Humanos como o “eixo da roda” (2009) – pareceram-nos produtivos para esta reflexão.

Contudo, não seria possível debater estas questões sem reflectirmos a importância dos media na nossa percepção dos conflitos e da própria transformação da conflitualidade. À tentativa de definição de uma nova ordem mundial sobrepõe-se já há muito uma “nova ordem mundial da informação” que altera radicalmente os nossos horizontes de conhecimento, de responsabilidade, de expectativa e de intervenção.

As novas tecnologias possibilitam hoje vias de percepção e de comunicação de informação sem precedentes. Contudo, no início do século XXI, a massificação da informação cria novas incertezas:

Por um lado, o aumento exponencial e a própria pluralidade da informação, não diminuem, mas expandem o sentimento de ignorância e imprevisibilidade. Assim, o receptor de informação enfrenta novos desafios de descodificação que o remetem para uma espécie de paradoxo do saber a que já Georg Simmel aludia quando falava na diferença entre “cultura objectiva” e “cultura subjectiva”³.

Por outro lado, o acesso a informação vasta, imediata e aparentemente plural, diversificada, participatória e “livre” não é tão “aberta” como se poderia esperar, não é isenta, nem apresenta respostas “objectivas” para o entendimento do mundo e a tomada de decisões / posições. As notícias continuam uma selecção de quem as escreve, edita ou publica e o acesso à informação continua a ser limitado e controlado. Tal como na época em que Adorno e Horkheimer denunciavam a “indústria da cultura”⁴, mantêm-se estruturas de poder com uma agenda (política, económica, cultural) e que influenciam acesso e divulgação de notícias.

No caso da informação sobre conflitos (domésticos ou internacionais), estas observações parecem-nos particularmente pertinentes, uma vez que as notícias sobre guerras ou sobre conflitos em ebulição implicam cobertura de actos de violência e terror e de sentimentos de medo e ódio. Pela sua intensidade e gravidade são “devoradoras” de atenção captando o maior interesse dos media. Todavia, também aqui, o que “é real” é o que aparece na televisão e nos jornais e inversamente o que aparece na televisão e nos jornais é percebido como “real”. A responsabilidade de quem escreve, edita ou publica a notícia é muito grande, pois pode vir a ter implicações sobre a vida ou a morte.

O papel das mulheres em conflitos armados depende particularmente de quem “cobre” a notícia, podendo muitas vezes “descobrir” as suas histórias. Isto não significa, no entanto, que o trabalho do jornalista deve limitar-se a consciencializar para o problema do aumento da intensidade da violência (física ou psicológica) que as mulheres sofrem em situação de conflito, mas que deve sobretudo transmitir que as mulheres são hoje - para além de vítimas frágeis e silenciosas de guerra - também agentes fundamentais da resolução de conflitos e da construção da paz. Com base nestas considerações chegámos a um conjunto de interrogações prévias que orientaram a nossa reflexão sobre a violência baseada no género em situações de conflito armado. Em primeiro lugar há que olhar de modo mais atento e crítico para o papel dos media na cobertura dos conflitos armados.

3 Georg Simmel “Vom Wesen der Kultur” (1908).

4 Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (1947).

Depois podemos analisar o contributo dos media para chamar atenção para o grave problema da violência contra mulheres - e que aumenta de forma visível e invisível durante conflitos armados. Por fim, devemos apontar para a importância das mulheres na resposta ao conflito armado e, mais precisamente, na construção da paz – e o papel do jornalismo não só na cobertura destas histórias, mas especialmente na “descoberta” (ou divulgação e promoção) desta faceta do *peacebuilding*.

Isto significa igualmente que devemos ousar ir mais longe e questionar-nos sobre os efeitos de uma notícia (ou de uma reportagem sobre um conflito) sobre essa mesma situação de conflito: Pode um determinado tipo de cobertura / de jornalismo influenciar directa e/ou indirectamente uma situação de conflito (incluindo o período de escalar do conflito e o pós conflito)? E, no caso da violência baseada no género, qual o contributo que podemos observar – ou mesmo esperar?

Temos de começar por submeter esta nossa agenda a algumas questões básicas que alertam já para a urgência de uma análise mais rigorosa do jornalismo dos conflitos armados. Devemos assim tentar descobrir:

- Que acontecimentos são objecto de cobertura nos media?
- Que “factos” e que “histórias” são apresentados a propósito desses acontecimentos?
- Que perspectivas são apresentadas e que vozes são ouvidas?
- Que perguntas são feitas?
- Por que são feitas e, sobretudo, para quê/quem?

Subjacente a estas questões, estão outras – que a elas se ligam inextricavelmente – e cuja resposta parece ainda mais propícia à nossa análise:

- Que acontecimentos (ou mesmo: que conflitos) não são objeto de cobertura?
- Que histórias não são contadas?
- Que vozes não são ouvidas?
- Que perguntas não são feitas?

Uma apreciação preliminar da cobertura de situações de conflito nos media faz-nos suspeitar que a mediatização da violência e do terror privilegia um tipo de jornalismo focado nos acontecimentos extremos e mais violentos, nas vozes “oficiais” e mais poderosas, construindo-se facilmente narrativas únicas que são quase sempre simplistas em torno do ódio e do sangue, tendo como protagonistas os bons e os maus e que só podem ter um único desfecho: vencer ou perder. Em vez de uma análise do contexto (político, histórico ou cultural) e de espaço para perspectivas diversas ou soluções alternativas, o conflito é-nos apresentado como mal inevitável (e cíclico, quase natural) que assume uma dimensão de espectáculo. O mais convencional “jornalismo de guerra” assume muitas vezes este foco pouco diferenciado que se desinteressa por iniciativas de pequenos passos por parte de pessoas comuns, silenciando estas vozes e estas “histórias” com consequências, por vezes, muito negativas para as possibilidades de resolução do conflito. Assim, o discurso centrado exclusivamente na violência potencia e perpetua a violência e torna outros discursos inaudíveis, limitando a percepção de posições e soluções alternativas. Para além disso, o fascínio pela violência

que se relata com alegada “neutralidade dos factos”, a redução do olhar apenas para um acontecimento-espectáculo (como se tivesse surgido do nada) e o tempo de antena apenas para as fontes oficiais leva a uma cobertura susceptível de ser instrumentalizada como “propaganda de guerra”.

Nestas narrativas de guerra, a voz das mulheres é geralmente inaudível. Contudo o silêncio significa aqui “silenciamento” e representa uma nova violência. Uma violação da possibilidade de expressão e, assim, de agir e de ser.

Mas se é esta a perspectiva do mais convencional “jornalismo de guerra”, temos de ter em conta que não estamos perante um *blueprint* de comunicação, pois há outras formas de cobrir um acontecimento e de “contar a história” descobrindo o que está geralmente invisível e dando visibilidade à perspectiva das mulheres num conflito armado.

Na óptica dos Estudos da Paz, o “Jornalismo de Paz” afirma-se como representação alternativa dos conflitos nos média, partindo de questões e critérios diferentes e por vezes mesmo opostos aos do “Jornalismo de Guerra”. É nas linhas deste tipo de jornalismo que se escreveram nos últimos anos muitas histórias de mulheres e enquanto alternativa crítica com cada vez mais expressão, esta orientação desafia a cobertura convencional ou *mainstream* de conflitos e lança novas pistas para a leitura do admirável novo mundo do século XXI.

Para a denúncia dos crimes cometidos contra mulheres em situação de conflito internacional o Jornalismo para a Paz tem um potencial simultaneamente crítico e desafiador.

O Potencial do “Jornalismo de Paz”

De um modo genérico, o Jornalismo para a Paz (JP) afirma-se como concepção e perspectiva alternativa ao Jornalismo de Guerra (JG). Tem por objectivo dar visibilidade aos espaços vazios do JG e responder às questões que ficaram por fazer e esclarecer.

Uma das definições mais concisas é dada por Jake Lynch, Director do *Centre for Peace and Conflict Studies*, da Universidade de Sydney, e um dos principais promotores do Jornalismo de Paz:

“Peace journalism is when editors and reporters make choices - of what stories to report and about how to report them - that create opportunities for society at large to consider and value non-violent response to conflict.” (Lynch, 2008)

A partir destas palavras depreendemos, de imediato que o JP se fundamenta na concepção de que qualquer escrita sobre conflitos representa sempre uma escolha e que essa escolha é determinada por objectivos. A escolha do JP é olhar para “histórias alternativas” que não apontam para a violência, mas que possam ser vias para a resolução do conflito. O seu objectivo é justamente quebrar o ciclo de violência e contribuir para a paz consciencializando através da notícia ou da reportagem para actores diferentes no palco da guerra – neste caso, por exemplo, as mulheres - bem como para o seu potencial de superação de violência através da gestão pacífica de conflitos, da mediação e da conciliação.

De um ponto de vista teórico, o JP inscreve-se nos Estudos de Conflitos e da Paz utilizando conceitos e orientações desta área científica, motivo pelo qual será pertinente

esclarecer esta sua “matriz”: Os *Estudos da Paz* partem de um conceito crítico e dinâmico da paz. Em contraste com acepções clássicas da paz enquanto “estado final e perpétuo”, estático e perfeito que dependia essencialmente dos Deuses (ou só seria acessível a Deus), advoga-se aqui uma ideia política da paz: a paz deixa de ser entendida num sentido negativo como mera “ausência de guerra”, mas toma um significado próprio e muito mais abrangente. Depende dos Homens que têm o dever de a fundar, construir e garantir - e como tal, permanece imperfeita (ou inacabada) e sempre aberta a novos desafios e significações.

Face a uma teoria da paz convencional, Johan Galtung propôs nos anos 60 e 70 um “*estudo crítico da paz*” que levou a um alargamento dos conceitos de violência, por um, e de uma alteração do paradigma da paz, por outro lado.⁵ Para Galtung, a ausência de guerra não seria uma definição aceitável de paz, uma vez que essa interpretação permitiria que classificássemos uma sociedade em que o mais forte oprime o mais fraco – que, temendo represálias não se poderia nem insurgir, nem defender, não havendo assim sinais de conflito – como pacífica e bem ordenada. Contudo, na sua acepção de paz pressupõe-se não só ordem, como ainda tranquilidade, segurança, liberdade e justiça⁶. Introduce-se assim o conceito de “*violência estrutural*” ao lado dos conceitos de violência directa e pessoal que altera o debate sobre a construção da paz. Os estudos críticos da paz alargam a própria ideia da paz e atribuem-lhe um papel interventivo na esfera política e social. A paz exige, pois, não só a eliminação ou ausência de *violência directa* (ou seja, estados de “guerra”, na sua expressão comum) ou de *violência pessoal* (exercida por um ditador ou um regime opressor), mas a eliminação da violência estrutural que se expressa como uma distribuição desequilibrada de poder e de recursos.

Esta visão da construção da paz é partilhada por Dieter Senghaas, um dos mais importantes teorizadores da paz, que entende a justiça social, a igualdade de oportunidades, o funcionamento transparente das instituições políticas bem como o equilíbrio de poder como factores essenciais à consolidação da paz. Apenas uma sociedade solidária poderá resolver os conflitos emergentes de um modo mais pacífico e prevenir, assim, a explosão da agressividade como forma de mal-estar e de expressão extrema de sentimentos de injustiça e desespero. Trata-se, nas suas palavras, de conseguir “civilizar” os conflitos (Senghaas, 1971).

Nesta tradição, a paz torna-se simultaneamente *princípio, processo e produto* de uma gestão de conflitos não violenta. E sublinhe-se, não se trata de ambicionar um mundo sem conflitos, mas a transformação da gestão dos conflitos e, em última instância, o estabelecimento (por leis) de um regulamento de gestão de conflitos sem violência ao nível mundial.

Para o JP isto significa que assume descomplexadamente o seu normativismo quando propõe uma agenda de trabalho orientada num “dever ser” que deseja alcançar, no-

5 Vide Galtung (1969 e 1982). Veja-se aqui também Senghaas (1971)

6 Há aqui uma nítida referência a uma visão cristã de paz que apela simultaneamente a “*iustitia, securitas, tranquillitas, caritas*”. Mas Galtung vai mais longe ligando a paz à realização plena do “potencial humano”. Vide Galtung (1971).

meadamente um papel (interventivo) na pacificação do “mundo” (que se desdobra no Estado, na cidade ou no bairro) através de uma representação mais diferenciada das situações de conflito. Estamos perante um “jornalismo com causa”, um jornalismo militante que, nas palavras de Nadine Bilke, é um meio e um instrumento para “evitar guerras” (Bilke, 2008).

Estas orientações traduzem-se, como já vimos, numa percepção e interpretação alternativa dos conflitos. A situação de conflito em análise é observada de uma “macro-perspectiva” que se preocupa não apenas com um acontecimento ou um incidente em si, mas com todo o seu contexto (político, histórico, cultural etc.) e as possíveis causas, escutando a uma “micro-perspectiva” várias vezes, incluindo aquelas sem poder (aparente) e que são geralmente ignoradas (e silenciadas) e várias explicações, mesmo aquelas que são aparentemente marginais ou contrárias às nossas próprias certezas e expectativas.

É aqui que o Jornalismo para a Paz se torna um veículo precioso para “cobrir” e “descobrir” não só a violência contra mulheres que ocorre com maior intensidade e frequência durante conflitos armados internacionais, mas também o sistemático silenciamento do seu papel nos conflitos e na resolução dos mesmos. Este silenciamento é em si um acto de violência:

Em muitas culturas (incluindo a ocidental) – e durante muitos séculos – a mulher não foi considerada como “testemunha” fíável. A sua palavra não tinha qualquer valor judicial. Na prática, estava mesmo excluída da esfera política. A História está repleta de narrativas masculinas, dos feitos dos Homens e dos seus filhos - especialmente nas guerras, que glorificam a masculinidade que aí se torna sinónimo de poder e de violência – e que legitimam a dominação sobre as mulheres quer através de uma caracterização das mulheres como frágeis, dependentes, menores e por isso vítimas “naturais” (a mulher raptada, violada, abandonada), quer através de uma imagem construída de uma mulher agressora, dominadora “exóticas” ou “sobrenatural” (a Amazona ou a bruxa má) e que tem de ser eliminada.

Na actualidade, esta visão mais estereotipada de lendas e narrativas arcaicas está a mudar. Na medida em que cada vez mais mulheres participam na esfera económica e política, também as representações culturais tomam novas configurações. E há cada vez mais interesse em conhecer a perspectiva das mulheres em situação de conflito. Isso deve-se a vários aspetos: em primeiro lugar houve um aumento muito significativo de mulheres jornalistas. Até 1970 apenas 6% de correspondentes de guerra eram mulheres. Hoje mais de um terço são mulheres. Procuram o olhar de outras mulheres, entram nos seus lares (geralmente considerados periféricos dos palcos de guerra) e querem conhecer a sua voz. Muitas destas jornalistas sabem o que é “não ser ouvida” e, assim, estão provavelmente mais sensibilizadas para a denúncia e a crítica de crimes cometidos contra mulheres, bem como para a denúncia da situação difícil das mulheres durante conflitos. Mas não se trata (de um modo ainda paternalista) de expor os crimes e proteger as vítimas, este género jornalístico tem por objectivo apresentar o papel das mulheres na resolução de conflitos (*engendering*), deslocá-las da periferia para o centro da história, mostrá-las como atoras (e não meras atrizes), como participantes ativas e indispensáveis da construção da paz.

A Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 e a aplicação por parte da NATO desta nova medida é um importante exemplo, como o papel das mulheres pode ser crucial para o *peacebuilding*, não só para vencer a paz, mas essencialmente para ganhar a paz.

De um ponto de vista prático (ou metodológico), o JP define orientações muito específicas que devem guiar o trabalho do jornalista e que se formulam basicamente em oposição ao “tradicional” JG. Apesar de não concordarmos com todos os critérios referidos no seminal “Modelo de Galtung”⁷, a abordagem crítica dos seguintes pontos é incontornável para a nossa avaliação do JP enquanto resposta à violência baseada no género em situações de conflito.

Segundo Galtung, o JP cobre um conflito durante um período mais amplo, explorando a formação do conflito e analisando as motivações e causas de vários pontos de vistas, vários participantes, vários objectivos e várias questões. Tenta compreender os diferentes lados envolvidos e humanizá-los (recusando culpabilizações simplistas) e determina como problema – não uma ou outra parte – mas a própria violência. Neste sentido, entende-se como *peace/conflict orientated* em contraste com o JG que acusa de ser *war/violence orientated*.

Um outro critério de contraste é que se vê o JP como *people-oriented* em vez de “elite-oriented” como o JG. Para além de tentar dar visibilidade a todos aqueles que sofrem com os conflitos (especialmente as mulheres, as crianças, os idosos, os doentes), aponta atrocidades cometidas pelos vários lados envolvidos num conflito responsabilizando pessoas em concreto e foca particularmente o trabalho dos pacificadores, dando voz aqueles que propõem caminhos de resistência à violência e ao ódio e projecção a todos que se empenham na conciliação. Esta cobertura que pretende aumentar a percepção dos pequenos processos para a paz opõe-se à narrativa das “elites” que assenta muitas vezes na concepção de inimizades naturais, inevitáveis e intransponíveis sem qualquer possibilidade de resolução. Por esta razão, o JP é, na perspectiva de Galtung, *solution-oriented*, abrindo espaços (de representação) para o potencial criativo do trabalho da paz, divulgando sobretudo iniciativas e projectos de resolução de conflitos por vias não violentas como alternativa a um jornalismo que apenas se interessa por apresentar quem ganha e quem perde a guerra. Assim o JG é considerado como *victory-orientated*, por olhar unicamente para o dia do cessar-fogo ou a assinatura do Tratado de Paz, como se a paz fosse um produto “declarável” e “acabado” que surge no fim dos combates armados, logo que haja uma nova “ordem” de segurança - e que permanece assim até à próxima (e inevitável) guerra.

Neste enquadramento conceptual, o JG é acusado de perpetuar o ciclo de violência, o JP representa uma alternativa que aponta para a possibilidade (real) da resolução pacífica dos conflitos, destacando o potencial de “pacificação” que cada ser humano / sociedade tem quando a paz é entendida não como “estado perfeito”, mas como permanente processo e desafio de aperfeiçoamento.

7 O quadro é traçado por Lynch (2008) a partir de um modelo mais alargado de Galtung (1998). A nossa recusa deste modelo prende-se em grande parte com o seu maniqueísmo e a sua redução do JG a um jornalismo “uniformizado” que é entendido linearmente como “propaganda”.

Na sequência das propostas de Johan Galtung, vários investigadores, conciliadores, “peace-workers” e jornalistas apresentaram recomendações concretas para o trabalho nos “campos de batalha”⁸.

Consciente da importância e da influência da informação sobre conflitos o JP destaca o papel dos jornalistas (e mais precisamente dos editores) como *gate keepers* que permitem umas e não outras histórias. O objectivo do JP é precisamente alargar os portões (ainda muito estreitos) da informação (advogando um novo *gatekeeping*), que privilegia a notícia mais “acessível” ou mais fácil (que repercute geralmente a posição do lado mais poderoso ou influente) e que está demasiadamente preocupada em confirmar expectativas (alinhando num discurso sobre violência, sangue e terror, ao expor a “brutalidade” dos agressores e a “tragédia” das vítimas), como se a cobertura de uma situação de conflito fosse uma via de sentido único.⁹

A grande preocupação do JP em ouvir outras vozes e outras “histórias” também se prende com a consciência das implicações que uma notícia sobre uma determinada situação de conflito tem sobre o próprio conflito. De facto, a informação sobre um conflito pode contribuir para o escalar do conflito ou - como argumentam os defensores do JP - para o seu “descalar”. Do mesmo modo, pode suscitar interesse e simpatia em países terceiros (do público a quem a informação se destina) e levar a possíveis ajudas, sanções ou intervenções - ou não. A repercussão da notícia sobre o conflito pode ser, então, directa ou indirecta.

No JP este fenómeno é tematizado como *feedback-loop*. Os jornalistas que seguem as orientações do JP advogam consequentemente a divulgação de respostas pacíficas a situações de crise e conflito e privilegiam “narrativas de conciliação” na expectativa que estas possam apontar vias para manter a esperança e multiplicar os gestos da boa-vontade e de

8 Veja-se aqui os serviços de informação do projecto TRANSCEND (<http://www.transcend.org/tms/about-peace-journalism/3-principles-and-guidelines-for-tms-writers/>) ou as recomendações de Jake Lynch e Annabel McGoldrick formuladas em “17 dicas para jornalistas” (www.yavasgamats.org/docs/17%20Tips.ppt). Consultas de 31.10.2012.

9 A recusa da “narrativa única” é bem perceptível através do exemplo citado por Applebaum (2010) e que ilustra as possibilidades para o JP: *For example, prior to the presidential election of 2009 in Afghanistan, the counter-insurgency approach, advocated by US commander General McCrystal, contained elements of relationship building to a degree that is unusual among military approaches in Afghanistan. In the lead up to the Presidential election in Afghanistan in mid 2009, an unusual example of the relationship-sensitive approach to counter-insurgency was applied by US troops in the Nawa district, of Helmand province. However, the overwhelming majority of attention that Nawa district received in 2009, the year that this new strategy was first applied, was reports of violence there, principally in early-to-mid July, during intensified military operations. For example in 2009, seven out of ten articles in the 'Washington Post online', tagged under the key word "Nawa", focused almost exclusively on violence and US combat operations in the region, with similar ratios appearing in online coverage from the Guardian, the Independent, and the New York Times. In fact, relationship building has succeeded, in contrast to violent methods, in winning "hearts and minds" in Nawa, Afghanistan, but also on a larger scale in Iraq. The US military's promotion of these methods as successful may of course be a less than "objective" evaluation. However the military's promotion of relationship building as a legitimate tactic to attempt in addressing violence does contribute to the normative strength of non-violence responses to conflict. In acknowledging the importance of (at least being seen to) build cooperative relationships with local populations (over simply violently suppressing disagreement to military policy) the legitimacy of these non-violent responses to violence conflict is reinforced. And indeed researchers also note the importance of relationship building for 'vertical and horizontal integration' in peacebuilding to support the sustainability of institutional reform and in promoting 'peace with justice' and respect for human rights.*

boas-práticas, por mais ínfimas que sejam. É através do destaque dado a estas histórias que se poderá quebrar o ciclo de violência e combater a expectativa do “espectáculo do terror” que alimenta muitos grupos armados (governamentais ou não) quando lançam, por exemplo, ataques sangrentos precisamente num momento propício (e com o único objectivo de ser) a “serem a notícia” de abertura ou de primeira página de um jornal de informação. Como recorda mais uma vez Jake Lynch: “*it is not the influence of news on public opinion as such, but assumptions by parties to conflict about its likely or possible influence, that condition their behavior.*” (Lynch, 2008).¹⁰

Se a notícia centrada na violência fomenta sentimentos de vingança, ódio, incompreensão aumentando a escala de violência, a notícia sobre iniciativas para a paz, para a solução de um problema (concreto), para o perdão e a conciliação, não incentiva de imediato e de igual modo para uma “imitação” de boas práticas, nem leva directamente à prevenção ou ao fim de guerras, mas consciencializa para possibilidades de acção para além da violência e chama atenção para o potencial de escolha - mesmo numa situação de conflito (seja como actor ou espectador).

Neste sentido, podemos entender o JP como jornalismo de re-mediação. Como anota Lynch o JP afirma-se como “*remedial strategy and an attempt to supplement the news conventions to give peace a chance*” (Lynch, 2008). Rejeitando a cobertura *mainstream*, apresenta vozes, histórias e perspectivas plurais e alternativas que têm por objectivo transformar a notícia com o intuito de contribuir activa e assumidamente para a conciliação, para a prevenção de conflitos ou para a solidificação dos processos de paz. Como nos lembra Paul Lederach, um dos maiores estudiosos da paz e um verdadeiro *peacemaker*, no centro das narrativas de conflito, há sempre “grandes” pequenas histórias de coragem e de conciliação e é aí que nos devemos focar:

“I have not experienced any situation in conflict, no matter how protracted or severe, from Central America to the Philippines to the Horn of Africa, where there have not been people who had a vision for peace, emerging often from their own experience of pain. Far too often, however, these same people are overlooked and disempowered either because they do not represent ‘official’ power, whether on the side of government (...) or (...) of the various militias, or because they are written off as biased and too personally affected by the conflict.” (Lederach, 1997)

Tendo em conta esta agenda, o JP aposta particularmente no seu papel na cobertura de conflitos em regiões em situação de pré- ou pós-conflito e vê no *peacebuilding*, tal como Boutros Boutros-Ghali o definiu em 1992¹¹, o seu maior campo de acção.

Se bem que ainda relativamente recente, tendo-se formalizado a partir das Conferências que Johan Galtung apresentou no Curso de Verão da Universidade de Taplow Court (no Reino Unido) em 1997 sobre “*Peace and Conflict Journalism*”, não se lhe podem negar raízes mais remotas, nomeadamente na Literatura de Paz que se afirmou com mais incidência desde o século XIX e que tinha nos jornais o seu principal meio de divulgação.

10 Veja-se aqui, por exemplo, a conferência de Julia Bacha “Pay attention to nonviolence” www.ted.com/talks/julia_bacha.html

11 Disponível em <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml>

Por fim, também devemos referir que este modelo de jornalismo tem a sua origem nos trabalhos de Centros de Estudos de Comunicação, como por exemplo, a *World Association for Christian Communication*.

Num momento de reflexão sobre as possibilidades de responder à violência baseada no gênero em situações de conflito internacional, será pertinente terminar com as palavras de uma mulher que pensou e agiu em tempos de guerra, em nome de tantas vozes silenciosas e silenciadas, que nos inspiram para enfrentar os difíceis desafios que a construção da paz nos exige. Estou a referir-me a Eleanor Roosevelt, uma “mulher de armas” que sabia que a paz é um processo longo, que requer persistência e muito trabalho, mas que deverá ser, cada vez mais, um horizonte possível: “*For it isn't enough to talk about peace. One must believe in it. And it isn't enough to believe in it. One must work at it.*” (1944).

A História deu-lhe razão. Não temos como não agir da mesma forma.

Referências

- Anderson, W., Dator, J. e Tehranian, M. (eds) (2006). *Learning to Seek: Peace and Policy*. New York: Transaction Publishers.
- Bilke, Nadine (2008). *Qualität in der Krisen und Kriegsberichterstattung: Ein Modell für Einen Konfliktsensitiven Journalismus*. Wiesbaden: VS Verlag.
- Blanchard, L. e Chan, L. (2009) *Ending War, Building Peace*. Sydney: Sydney University Press.
- Da Silva Rosa, A.C. (ed) (2010). *Peace Journalism: 80 Galtung Editorials on War and Peace*. Transcend University Press.
- Frey, P. e Renz, M. (2001). “Die Rolle der Medien in Internationalen Konflikten” in *Bundesakademie für Sicherheitspolitik* (Hrsg), *Sicherheitspolitik in Neuen Dimension*. Hamburg: Mittler, S., pp. 903-912.
- Galtung, J. (1998). ‘Friedensjournalismus: Was, Warum, Wer, Wie, Wann, Wo?’ in *Krieg, Nationalismus, Rassismus und die Medien*, Münster: Lit, S., pp. 3-20.
- Galtung, J. (2012). *A Theory of Peace*. Transcend University Press.
- Greig, A. (2007). *Taming War: Culture and Technology for Peace*. Peace Power Press.
- Hackett, R.A. e Zhao, Y. (eds) (2005). *Democratizing Global Media: One World, Many Struggles*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers.
- Kempf, W. (2007). “Peace Journalism: A Tightrope Walk between Advocacy Journalism and Constructive Conflict Coverage”. *Conflict and Communication Online*. Available at http://www.cco.regener-online.de/2007_2/pdf/kempf.pdf.
- Lederach, J.P. (1998). *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. United States Institute of Peace.

- Löffelholz, M., Tripp, C.F., and Hoffman, A.C. (2008). *Kriegs – und Krisenberichterstattung. Ein Handbuch*, Konstanz: UVK.
- Lynch, J. (2008). *Debates in Peace Journalism*. Sydney: Sydney University Press.
- Lynch, J. (2010). “Feminising Reporting of the War in Afghanistan”. *Media Development*. Available at http://www.waccglobal.org/images/stories/media_development/2010-1/mcgoldrick-lynch.pdf.
- Lynch, J. e Galtung, J. (2010). *Reporting Conflict: New Directions in Peace Journalism (New Approaches to Peace and Conflict)*. University of Queensland Press.
- Lynch, J. e Mcgoldrick, A. (2005). *Peace Journalism*. Stroud: Hawthorn.
- Ordóñez, J. (2011). *The Possibilities of the Journalism as Peacebuilding in the Periphery: Media, Conflict and Peace in Colombia*. Lap Lambert Academic Publishing.
- Ross, S. D. e Tehranian, M. (2009). *Peace Journalism in Times of War (Peace and Policy)*. New York: Transaction Publishers.
- Russell, J. (2012). *Peace Journalism*. Book on Demand Ltd.
- Shinar, D. e Kempf, W. (2007). *Peace Journalism: The State of the Art*. Berlin: Regener.
- Tulloch, J. (2010). *Peace Journalism, War and Conflict Resolution*. Peter Lang Publishing.